

01 JUN

por Marta Salomon

de Brasília

O Senado Federal decide na próxima segunda-feira se dá início ao processo contra a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, por crime de responsabilidade. A ministra recusou novamente ontem as informações ao senador Jamil Haddad (PSB-RJ) sobre as operações financeiras acima de NCz\$ 500 mil realizadas às vésperas da edição do Plano Econômico.

"Nada mais nos resta senão iniciar o processo de enquadramento da ministra por crime de responsabilidade", declarou Jamil Haddad, autor do requerimento de informações enviado em março à ministra. A Constituição fixa prazo de 30 dias para a resposta aos requerimentos. As penas previstas para o crime de responsabilidade incluem a perda do cargo, além de oito anos de "inabilitação" para funções públicas.

A abertura do processo contra a ministra precisa contar com os votos de metade mais um de, pelo menos, 38 senadores presentes na sessão. Na sessão de ontem, nenhum senador defendeu a ministra, que voltou a alegar o sigilo bancário para não identificar os autores de grandes saques antes do Plano Econômico. O líder do governo, senador José Ignácio, preferiu ouvir as críticas do seu próprio gabinete.

"É uma pena que estejamos caminhando para um confronto institucional", lamentou o senador Jarbas

Passarinho (PDS-PA). Para ele, a prerrogativa do Congresso de fiscalizar o Executivo não pode ser "abalada". "A ministra perdeu a oportunidade de responder de maneira mais honrosa ao Senado", disse o senador Maurício Corrêa (PDT-DF). "Ela foi desobediente à Constituição e des cortês com o Senado", disparou o presidente da comissão de Constituição e Justiça, senador Cid Sábia de Carvalho (PMDB-CE).

A recusa da ministra surpreendeu o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ). "Acreditei de boa fé que as informações chegariam", disse o senador ao plenário. Ele contou que recebera, na véspera, um telefonema do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, pedindo para deixar um funcionário de plantão para receber as informações.

A ministra, porém, insistiu no mesmo argumento já recusado pelo Senado, de que a lei do sigilo bancário a impedia de atender ao requerimento de informações. A ministra pediu ainda o reexame da matéria pela comissão de Constituição e Justiça. "A petulância do governo é incrível", reagiu o senador Jamil Haddad. "Temos a prova concreta de que o governo não quer dar as informações para não comprometer seus amigos".

A Constituição prevê que o processo e o julgamento de ministro de Estado por crime de responsabilidade são uma atribuição do Supremo Tribunal Federal.